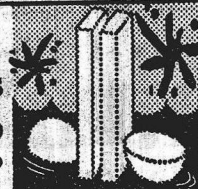


Oito deputados
ainda estão 'sub
judice'



Alguns envolvidos
vão acertar as contas
com a Receita

CPI deve cassar 18 parlamentares e ameaça 8

■ Integram a lista do relator Roberto Magalhães 16 deputados, o senador Ronaldo Aragão e o suplente do PTB-RJ Feres Nader

Brasília — Arnildo Schulz



Magalhães, Passarinho, Bisol e Sigmaringa passaram o dia cruzando informações para relatório final

BRASÍLIA — O cruzamento de informações das quatro subcomissões da CPI do Orçamento aponta para uma lista de 18 prováveis cassados. Fazem parte dela 16 deputados e o senador Ronaldo Aragão (PMDB-RO), além do suplente Feres Nader (PTB-RJ). Os deputados são Carlos Benevides (PMDB-CE), Ézio Ferreira (PFL-AM), Fábio Raunheitti (PTB-RJ), Genebaldo Correia (PMDB-BA), Ibsen Pinheiro (PMDB-RS), João Alves (sem partido-BA), Paes Landim (PFL-PI), José Geraldo Ribeiro (PMDB-MG), José Luiz Maia (PPR-PI), Manoel Moreira (PMDB-SP), Raquel Cândido (PTB-RO), Ricardo Fiúza (PFL-PE), João de Deus Antunes (PPR-RS), Daniel Silva (PPR-MA), Cid Carvalho (PMDB-MA) e José Carlos Vasconcelos (PRN-PE).

Oito deputados federais estão na corda bamba: ainda poderão ser incluídos na lista de cassações. É que a CPI do Orçamento adiou para hoje a decisão final sobre a presença deles na lista das cassações do relatório final.

São eles: José Carlos Aleluia (PFL-BA), Uldurico Pinto (PSB-BA), Francisco Diógenes (PPR-AC), Carlos Benevides (PMDB-CE), Paulo Portugal (PP-RJ), Messias Góis (PFL-SE), Flávio Derzi (PP-MS) e Mauro Benevides (PMDB-CE). Até o início da noite de ontem, a Comissão Parlamentar de Inquérito ainda analisava a situação de cada um deles.

Penalidades — No caso do deputado Uldurico Pinto (PSB-BA), a análise do processo revelou que a documentação era insuficiente para incriminá-lo na Subcomissão de Bancos. O dossiê de Uldurico continha apenas um papel timbrado da Prefeitura de Porto Seguro (BA), sem assinatura, determinando que fosse feito um depósito de CR\$ 3 milhões na conta pessoal do deputado. A subcomissão vai entregar ao relator Roberto

Magalhães um relatório conclusivo indicando as penalidades que devem ser aplicadas contra os deputados Diógenes, Portugal, João de Deus, Raquel e Daniel Silva.

O ex-presidente da Comissão de Orçamento, deputado Messias Góis (PFL-SE), ainda pode acertar seus problemas diretamente com a Receita Federal, uma vez que as provas mais contundentes contra ele dizem respeito a irregularidades fiscais. A análise final do processo referente ao senador Mauro Benevides (PMDB-CE) também ficou pendente. A subcomissão analisaria somente ontem à noite as respostas ao questionário que lhe foi enviado.

Não pagou — É confusa também a situação do deputado Flávio Derzi. O presidente da CPI, senador Jarbas Passarinho (PPR-PA), informou que está encaminhando à Mesa da Câmara todo o processo do pedido de empréstimo em condições privilegiadas que o deputado tomou ao Banco do Brasil em 1990. Ele não pagou até hoje. Citado à última hora no relatório da Subcomissão de Emendas, o deputado Pinheiro Landim (PMDB-CE) passou a tarde tentando explicar que não foi de sua autoria um fac-símile intermediando a liberação de recursos do Ministério da Integração Regional para empreiteiras. O deputado alegou que seu nome foi usado indevidamente.

O presidente do Senado, Humberto Lucena (PB), foi incluído no relatório da Subcomissão de Patrimônio, coordenada pelo senador José Paulo Bisol (PSB-RS).

Lucena ainda tenta comprovar a venda de um imóvel em Brasília como a origem de US\$ 600 mil. Bisol considerou insuficientes as explicações e aguarda novos esclarecimentos. O senador gaúcho constatou que, nos anos eleitorais, a movimentação bancária de Humberto Lucena cresce em níveis mais elevados.